



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Saldanha Marinho

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

Saldanha Marinho, 30 de janeiro de 2026.

Processo Administrativo: 04/2026
Inexigibilidade: 02/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho - CNPJ: 92.399.153/0001-71
Contratada: ASSOCIAÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS- CNPJ: 32.390.297/0001-35
Objeto: Parceria mediante termo de fomento entre o Município de Saldanha Marinho e a Associação Protetora dos Animais - APA, para suprir as necessidades da Associação Protetora dos animais deste município.
Preço Global: 35.000,00
Fundamento: Lei nº 13.019 de 31 de Julho de 2014, no Decreto Municipal nº 083/2017, Lei Municipal Nº 2.623/2025
Prazo: 10 meses
Dotação Orçamentária: 06 Secretária Municipal de Agricultura, Meio Ambiente
06.01 Gab. do Secretário, Departamento da Agropecuária
06.01.20.609.00076.2130.0001.0000 Atender as Subvenções culturais
3350.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais

Volmar Telles do Amaral
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Saldanha Marinho

Extrato de Dispensa de Licitação

Saldanha Marinho, 30 de janeiro de 2026

Processo Administrativo: 03/2026
Dispensa: 01/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho - CNPJ: 92.399.153/0001-71
Contratada: LAUXEN PNEUS LTDA - CNPJ: 94.006.210/0001-30
Objeto: Contratação de empresa para serviço de recapagem e conserto de pneus para o maquinário do parque de obras.
R\$ 20.200,00
Fundamento: Lei Nº 14.133 art. 75, inciso I
Prazo: 30 dias
Dotação Orçamentária:
06 Secretária Municipal de Agricultura
06.01 Gabinete do Secretário Dep. da Agropecuária
06.01.20.608.0022.2117.1500.0000 Manutenção da Patrulha Agrícola
3390.39.00.00.00.00 Outros serviços de terceiros

Volmar Telles do Amaral
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo administrativo nº 02/2026
Dispensa de Licitação nº 02/2026
Contratada: Puma Monitoramento e Zeladoria.
CNPJ: 94.698.537/0001-10
Objeto: Contratação de serviços de Vigilância e Zeladoria para o prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio do Planalto/RS.
Valor Mensal: R\$ 501,93 (quinhentos e um reais, noventa e três centavos).
Prazo: 12 meses (de 1º/02/2026 a 1º/02/2027).
Fundamento: Artigo 75, Inciso "II" da Lei 14.133/2021.

Santo Antônio do Planalto, 26 de janeiro de 2026.

Cezar Formentini, Presidente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo administrativo nº 01/2026
Dispensa de Licitação nº 01/2026
Contratado: Aline Costa de Souza Viebrantz 84555076087.
CNPJ: 47.948.232/0001-30.
Objeto: Serviços de Assessoria de Comunicação para divulgação dos atos da Câmara Municipal de Vereadores.
Valor Mensal: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
Prazo: 12 meses (de 30/01/2026 a 30/01/2027).
Fundamento: Artigo 75, Inciso "II" da Lei 14.133/2021.

Santo Antônio do Planalto, 26 de janeiro de 2026.

Cezar Formentini, Presidente.

SALDANHA MARINHO

Trabalhos de manutenção e recuperação reforçam a mobilidade no interior do município

Nas últimas semanas, as equipes da Secretaria Municipal de Obras intensificaram os trabalhos de manutenção e recuperação de estradas em diversas localidades do interior, com o objetivo de melhorar as condições de trafegabilidade, garantir mais segurança aos usuários e fortalecer o escoamento da produção rural.

Entre os trechos atendidos está a estrada geral da localidade de São Roque, que recebeu serviços de recuperação, assegurando melhores condições de deslocamento para moradores e produtores da região. Também foram realizados trabalhos na via de acesso ao Parque de Rodeios, além da estrada geral que liga a comunidade de Pinheiro Marcado.



A estrada geral da localidade de Campinas igualmente passou por manutenção e recuperação. Paralelamente, as equipes atuaram na manutenção e troca de bueiros em diferentes pontos do interior, prevenindo problemas de drenagem e garantindo maior durabilidade das vias.

Outro serviço de destaque foi a manutenção e recuperação de uma ponte localizada na divisa com o município de Carazinho, estrutura fundamental para a integração entre os municípios e para o transporte de pessoas.

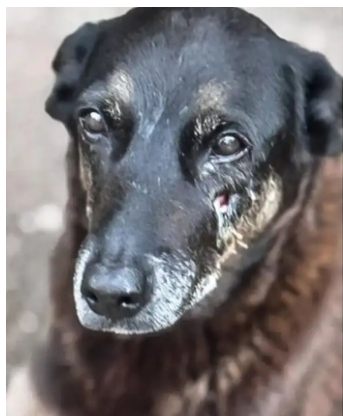
Fonte e fotos: Rede Social da Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho
Texto e Adaptação Jornal Opinião



GERAL

Caso Orelha: o que se sabe até agora sobre a morte do cão em SC

Cachorro foi agredido por quatro adolescentes na Praia Brava



A morte brutal do cachorro Orelha, na Praia Brava, litoral de Santa Catarina, causou comoção nacional. Cão comunitário, ele foi atacado por um grupo de adolescentes no dia 4 de janeiro. Após ser socorrido e levado a uma clínica veterinária, o cachorro teve que ser submetido à eutanásia no dia 5, em razão da gravidade dos ferimentos.

Ao longo do mês de janeiro, o caso já teve muitos desdobramentos, inclusive com operação da Polícia Civil do estado. Entenda tudo o que se sabe até agora:

Ataque a Orelha

Orelha, um cachorro comunitário de cerca de 10 anos de idade que vivia na Praia Brava, em Santa Catarina, foi atacado por quatro adolescentes. Muito ferido, ele foi levado

para uma clínica veterinária, que o submeteu à eutanásia.

Coação

Familiares dos adolescentes são suspeitos de coagir testemunhas da ação contra Orelha e atrapalhar o andamento da investigação.

Polícia

Devido à enorme repercussão, a Polícia Civil de Santa Catarina passou a investigar o caso. Em 26 de janeiro foi deflagrada uma operação para cumprimento de mandados de busca e apreensão contra os adolescentes e os adultos responsáveis. Foram apreendidos celulares e dispositivos eletrônicos. A polícia também vem ouvindo várias pessoas para entender melhor como tudo aconteceu.

Segundo a polícia, dois dos adolescentes estão nos Estados Unidos, na Disney, numa viagem que já estava programada.

Até o momento, a polícia já ouviu mais de 20 pessoas e analisou mais de 72 horas de imagens colhidas em 14 câmeras de monitoramento públicas e privadas.

Ninguém foi preso até agora, mas a polícia civil indiciou os familiares dos adolescentes pelo crime de coação.

O que é um cão ou gato comunitário?

Embora não tenha um tutor único ou definido, o animal comunitário vive em uma determinada comunidade (rua, bairro, condomínio) e estabelece laços de afeto e manutenção com moradores ou comerciantes locais. Eles são cuidados coletivamente, recebendo alimentação, abrigo e, em alguns casos, vacinação e castração. Após a repercussão do caso Orelha, foi aprovada, em Santa Catarina, a Lei nº 19.726, que institui a Política Estadual de Proteção e Reconhecimento do Cão e Gato Comunitário. Segundo o governo catarinense, o texto garante que esses animais também precisam ser protegidos pela sociedade e pelo Poder Público.

Fonte Agência Brasil
Adaptação Jornal Opinião